

Alexandrino Filho (Org.) *Montaigne e seu tempo*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012. 305 p.

Profundamente influenciado pelo britânico John Stuart Mill, para quem a negação do indivíduo – corolário da filosofia de seu contemporâneo Karl Marx – não exerceu fascínios, William James tem no indivíduo o cerne de seu pensamento filosófico. Em *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*, há um trecho particularmente desconcertante sobre certa insinceridade das discussões filosóficas. “A história da filosofia é a história das colisões de temperamentos distintos”¹. A assertiva, apesar da aparente gravidade, é *quase* inócua, uma vez que seu desfecho admite uma razão impessoal.

Fazer filosofia não apenas demanda abdicar como, também, *ocupa-se de* abdicar dos temperamentos. O exercício de suspensão é parte da gênese, do êxito e, é claro, dos limites da atividade filosófica. Nos *Ensaíos*, do francês Michel de Montaigne, as premências suspensivas da reflexão sobre o mundo adquirem feições inéditas. Delas resultaram, mais do que um gênero, aquilo que Jorge Luis Borges chamou de “talvez a mais tranquila das revoluções francesas”².

Expoente de um ceticismo fecundo que marcou a cultura do Ocidente durante os séculos XVI e XVII, Montaigne legou às gerações vindouras uma obra cuja linhagem confunde-se com a história da literatura que a sucedeu. Na filosofia – por questões tanto de método quanto de objeto –, rastrear sua influência é tarefa mais controversa.

¹ James, William. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. New York: Barnes & Noble, 2003.

² Jorge Luis Borges. *Montaigne, Walt Whitman*. Buenos Aires: D. Francisco A. Colombo, 1957.

Contestando a premissa de autoridade que privilegiava os católicos, a Reforma Protestante foi parte da eclosão deste ceticismo. Se os textos sagrados do cristianismo mantinham alguma prioridade como fonte de compreensão do mundo, sua interpretação já não era mais um monopólio católico. Na filosofia, o efeito foi um movimento emancipatório em relação à fé cristã que perdia, como matriz intelectual, a solidez e a constância que convêm às empreitadas filosóficas.

No campo político, surge o contratualismo, que assenta a legitimidade do Estado no contrato. Deus, embora nunca totalmente preterido, deixa o cerne da fundamentação filosófica do poder monárquico. O absolutismo proposto pelo empirista inglês Thomas Hobbes é resultado mais de sua concepção do que seja o ser humano do que de sua concepção de Deus. O vocabulário e os conceitos disponíveis ao debate ganham novo e, às vezes, imprecisos sentidos. Assim, a disputa entre Hobbes e o arcebispo John Bramhall³ acerca do livre-arbítrio foi, além de frutífero exercício intelectual, uma espécie de ilustração funcional do movimento emancipatório da filosofia em relação à fé cristã e também do surgimento de uma nova noção de sujeito.

Nos campos epistêmico e ontológico, o francês René Descartes produziu um elegante e rigoroso racionalismo, que restringia a opulência da metafísica a uma dualidade bastante econômica. Suas economias, contudo, continham o estrondoso efeito de extirpar do mundo físico toda intencionalidade e teleologia, abrindo caminho para que a nova física encontrasse em si mesma, e não mais nas escrituras sagradas, suas fundamentações. A célebre prédica “penso, logo existo”, que reproduz satisfatoriamente o que se tornou conhecido como o *argumento do cogito*, não diz, é claro, respeito à existência do filósofo, mas à *certeza* e seus fundamentos. Cunhado em primeira pessoa e apresentado na forma analítica, o argumento parte do exercício extremo de colocar sob rigoroso exame mesmo as certezas mais elementares.

³ Bramhall, de um lado, dava os termos do debate e tentava preservar a viabilidade de uma noção de livre-arbítrio, recurso que legitima a punição imposta por Deus. Hobbes, do outro, aceitava os termos eclesiásticos, mas tinha em mente, ao argumentar, um propósito distinto, a legitimidade de outra punição, a que é imposta pelo soberano e se dá na vida terrena. Cf. Hobbes, T., & Bramhall, J. “Hobbes’s treatise Of Liberty and Necessity”. In V. Chappell (Ed.), *Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity* (Cambridge Texts in the History of Philosophy, pp. 15-42). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781139164207.006

Montaigne os antecedeu. Foi, com William Shakespeare e Miguel de Cervantes, o paroxismo deste espírito de descrença. Com seus ensaios, não produziu as depurações esquemáticas com as quais os filósofos da modernidade se dedicaram a consertar a relação entre sujeito e objeto. Tampouco fez, como Francisco Sanches, num artifício de ingênua ou inventiva humildade, uma obstinada certeza da própria ignorância. A pretexto de pintar-se a si mesmo, Montaigne legou, mais do que um caráter exemplar da postura cética da época, uma de suas mais vastas e profundas expressões. Os temas sobre os quais se debruçou são objetos fugidios, nos quais se projetam o maior e mais rigoroso de seus interesses: a descoberta e o desenvolvimento de uma linguagem. A evolução e a cronologia de seus textos testemunham as modificações de um pensamento poroso, que encontra, nas possibilidades e limites de sua própria expressão, os vestígios da dúvida e também da verdade.

Por ocasião do Ano da França no Brasil, em 2009, aconteceu o colóquio “Montaigne e seu Tempo”. Realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, o encontro reuniu pesquisadores brasileiros e franceses. Suas contribuições para o evento estão registradas em um livro homônimo, organizado por Alexandrino Filho e publicado em 2012. A iniciativa merece ser lembrada hoje, numa época em que as certezas fáceis parecem proliferar pelo Brasil.

A temática do Novo Mundo está presente na maior parte dos artigos. O surgimento de um continente e dos povos que o habitam desafia a ideia de uma natureza humana universal. O tratamento de Montaigne ao episódio de sua interação com os índios brasileiros levados à corte de Carlos IX acaba se tornando, por diferentes enfoques, o mote desta coletânea.

Aferir os pesos da convergência é irrelevante. Basta considerar que, salvo juízo mais detido e rigoroso, seus elementos são três. O primeiro deles é geográfico, pois os indígenas com os quais Montaigne teve contato foram levados do Brasil. O segundo diz respeito à persistente nódoa da segregação sistêmica, do preconceito racial e das desigualdades que, do evento narrado por Montaigne até os dias de hoje,

constituíram-se em traço característico de nossa compleição social. O terceiro resulta dos desconfortos de se constatar os limites da atuação do intelectual numa sociedade.

Estas inquietações, e seu arranjo com os interesses específicos de cada autor, resultaram em um livro que conjura diferentes ideias para fazer frente ao desafio de discutir o legado de Montaigne. A diversidade de temas e abordagens nos 14 textos que compõem o volume traz à luz aspectos distintos tanto dos *Ensaio*s quanto da relação entre a França e o Brasil no século XVI.

De autoria de Sérgio Paulo Rouanet, Luiz Costa Lima, Telma Birchall, Ana Montoia, Alexandrino Filho, Eduardo Rabenhorst, Celso Azar Filho, Philippe Desan, Wellington Pereira, Iraquitan Caminha, Regina Gonçalves, María del Pilar Roca, Wiebke Röben Xavier e Alain Legros, os artigos da coletânea analisam seu objeto por recortes tais como a relação da obra de Montaigne com o pensamento de Francisco Sanches, com o nominalismo medieval do qual se afasta, com a linguagem, com uma literariedade historiográfica do eu, e com os direitos humanos. Embora recaia sobre certos trechos o desnecessário peso de uma alegação ou sugestão de atualidade, o panorama histórico e a diversidade resultam numa leitura provocante.

As aproximações de Montaigne com o pensamento político do período, com as tradições filosóficas que o sucederam – como no caso de Jean-Jacques Rousseau – e com as questões em debate na época – no caso de Nicolau Maquiavel –, não se esgotam nas declarações de interesse dos artigos. Dizê-lo é, de certo modo, espelhar o projeto de Montaigne, que, a pretexto de pintar-se a si mesmo, produziu uma incisiva reflexão sobre a humanidade.

O capítulo inicial do livro – “Afonso Arinos e Montaigne” –, um tributo de Sérgio Paulo Rouanet a Arinos, é, a um só tempo, depoimento memorialístico e uma especulação causal, de fundo psicanalítico, sobre a relação de Arinos com Montaigne e, também, com a questão do preconceito. Mas o artigo de Rouanet, embora se apresente como relato amistoso, expressa a inteligência de um leitor para quem um texto é mais do que o conjunto de suas alegações. Rouanet encontra, na argumentação

antropológica de Montaigne, uma crítica contundente à sociedade francesa, com seus desvarios de uma racionalidade pura e, em Rousseau e suas apreciações sobre o Antigo Regime, os desdobramentos dessa crítica.

Ainda em relação à política, há mais de uma tentativa de superar o incômodo causado por uma *suposta divergência de caráter* entre um Montaigne tolerante, que não se escandaliza com costumes alheios, e um Montaigne hostil à reforma da igreja. Para tanto, um dos textos – “Diante das diferenças: Montaigne e os limites da tolerância” – recorre à distinção que o filósofo francês faz entre as dimensões pública e privada do exercício da razão. O artigo, de autoria da filósofa Telma Birchal, é histórica e filosoficamente informativo. A ausência ou, talvez, a timidez com que se expressa a questão de fundo remete a um aspecto quase paradoxal da obra de Montaigne.

A fronteira entre público e privado é, no fim das contas, o tema fixo em torno do qual diferentes argumentos e pressupostos disputam, na coletânea, a oferta de um modelo político ideal. Camadas e camadas de ideologismos sobrepõem-se ao cerne do problema, a ponto de escamoteá-lo. O que é e o que pode o indivíduo? É da consistência e do alcance desta resposta que decorre o alargamento de cada uma das dimensões e o consequente estreitamento da outra.

O elogio de Montaigne à postura de Sócrates, que se recusa, mesmo se sabendo injustiçado, a sobrepor a constatação pessoal de sua inocência à expressão de uma racionalidade pública, é um indicativo poderoso. Dele talvez se possa extrair, além de uma reflexão sobre o caráter das instituições na conformação do Estado, a aterradora e opressiva imagem das insuficiências do homem e da sociedade, sugeridas por uma obra em que a robusta afirmação do indivíduo contém, inextrincavelmente, suas declarações de limite.

A dúvida mortal, no caso de Hamlet, a inabalável, mas equivocada certeza, no caso de Quixote, expressavam as vacilações do que se assume como *verdade*. Para

Montaigne, estas podem ser trazidas à luz e avaliadas quando se toma a certeza como resultado de uma expressão interna da nossa experiência do mundo.

“A mais potente de nossas premissas jamais é mencionada”, diz William James, ciente de que, pelo rigor e pela pretensão de generalidade, a filosofia precisa abrir mão do que é pessoal. É possível sugerir que o segredo desta premissa é decorrência menos de pudores da razão objetiva do que de uma quase insolúvel incapacidade da razão em avaliar, fora de si mesma, os seus motores. Michel de Montaigne é o homem que fez dessa empreitada um empreendimento menos impossível.

Montaigne e seu Tempo é um livro informativo, com textos de extensas qualidades, que proporcionam um excuro revelador sobre o contexto, as múltiplas influências e os desdobramentos de uma obra descomunal que, seja pela grandeza, seja pelas suas autossuficiências filosóficas e artísticas, tantas vezes dificulta que se olhe ao redor.

Benhur Bortolotto

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras

UFRGS